



Multiplicidades Socioculturais no Ambiente Amazônico: percepções comunicacionais em uma região configurada pelos ciclos hidrológicos

Allan RODRIGUES¹
Gleilson MEDINS²
Rafael LOPES³

Resumo

Neste artigo propõe-se refletir criticamente sobre percepções e representações do ambiente amazônico em sua diversidade social, cultural e natural. O objetivo é apresentar pistas sobre relações e interdependências entre aspectos socioculturais, midiáticos e ecossistêmicos. Trata-se de uma aproximação bibliográfica e de caráter exploratório acerca da temática. A abordagem é interdisciplinar e dialoga com aportes teóricos da comunicação, sociologia, geografia e ciências do ambiente.

Palavras-chave: Amazônia; Percepção Ambiental; Processos Socioculturais; Representação.

Introdução

Propomos uma reflexão crítica sobre percepções e representações acerca da Amazônia, elaboradas e disseminadas no processo histórico, por diferentes contextos de representações socioculturais e comunicacionais. Nossa perspectiva compreensiva transita por órbitas conceituais alinhadas ao pensamento complexo (MORIN, 2005; 2010) e ao pensamento pós-colonial (SANTOS; MENESES, 2010), a fim de buscarmos “outros sentidos para a globalização” (SANTOS, 2006) da sociedade e o papel da Amazônia neste cenário. A ideia é explorar possibilidades e conexões, por meio de um exercício reflexivo, na plasticidade do processo de construção de sentidos.

¹ Doutor e mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), diretor da Faculdade de Informação e Comunicação da UFAM (FIC/UFAM), escritor, jornalista, professor de graduação e pós-graduação da UFAM. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Amazônia (UFAM/CNPq). E-mail: allan30@gmail.com.

² Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), jornalista, técnico audiovisual e coordenador administrativo da FIC/UFAM. Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Amazônia (UFAM/CNPq). E-mail: audiovisualufam2@gmail.com.

³ Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), mestre em Ciências da Comunicação (UFAM), jornalista e professor do curso de Jornalismo (UFAM/ICSEZ/Parintins). Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Amazônia (UFAM/CNPq). E-mail: rafaflopes@bol.com.br.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Sendo assim, partimos de um ângulo de observação multifocal e interdisciplinar⁴ para construirmos um repertório de referências acerca da Amazônia. Dialogamos com o pensamento social sobre a região e também nos embasamos em aportes teóricos e conceituais da geografia, ciências ambientais e da análise de dinâmicas comunicacionais em ambientes amazônicos.

Partimos do entendimento que a comunicação humana decorre da necessidade de expressão, mediação e relação. Envolve aspectos objetivos e intersubjetivos, pois as percepções do ambiente e as relações sociais provocam efeitos físicos, sensoriais e cognitivos. Desse modo, conforme Santaella (2001), a percepção processada pelo cérebro estabelece conexões lógicas que constroem significados socioculturais, os quais manifestam-se nas diversas linguagens (verbal, visual, sonora) da comunicação humana.

Portanto, vemos que o campo da comunicação é amplo e abarca fenômenos que podem ser objeto de estudo da psicologia, biologia, linguística, arte, sociologia, antropologia entre outros campos de conhecimentos. Já a comunicação social é considerada uma ciência social aplicada, voltada aos meios de comunicação de massa, genericamente chamados de mídia, compreendendo diferentes veículos: jornal, revista, outdoor, rádio, TV, internet, cinema etc. Os estudos sobre os meios de comunicação voltam-se aos efeitos da mídia sobre a sociedade, seus processos comunicacionais de produção, difusão, recepção e suas relações com a cultura.

Na contemporaneidade, os processos comunicacionais são catalisados pelos meios de informação digitais, a ponto do chamado “mundo virtual” já ser considerado o “mundo real”, conforme Sodré (2002). De acordo com o autor, os sistemas de informação, que em sua maioria são impulsionados pelos interesses das grandes empresas de comunicação, avançam pelo mundo interferindo e influenciando estilos de vida, valores e crenças nas sociedades.

⁴ Para Fazenda (1994) a interdisciplinaridade não é a mera interação entre diferentes disciplinas, mas uma atitude de ousadia frente à busca de conhecimento e à construção de sentidos. Não anula o que é institucionalmente disciplinar nem desvaloriza as especificidades dos diferentes campos científicos, mas propõe relações dialógicas entre saberes e conhecimentos, que ao deixarem o isolamento ou a compartimentação se expandem como o tramado de um tecido. Desse modo, estabelecem-se ligações de complementaridades, convergências, antagonismos e concorrências. Assim, consequentemente, o que é interdisciplinar torna-se também transdisciplinar.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Nesse contexto, em que informação e mercado são duas faces do capitalismo financeiro, as grandes empresas de comunicação e de tecnologia da informação impõem (mesmo que subliminarmente) necessidades, modos de ser e estar no mundo. Os dispositivos midiáticos, portanto, são vetores interpelativos na sociedade e na cultura, modificando as percepções dos ambientes. Implicitamente, apontam a direção para onde os sujeitos devem seguir e as condutas que devem adotar. A mídia trabalha com a estimulação dos desejos e dos medos das pessoas num fluxo constante de impulsos. É um mecanismo que põe em risco a sustentabilidade da diversidade cultural, emancipação do pensamento e consciência democrática (SODRÉ, 2002).

Essa homogeneização cultural, pela influência dos meios de comunicação e das intervenções tecnológicas, é compreendido como um componente de dominação que se incorpora cada vez mais à vida social, conforme Morin (2010). A cultura de massa espetaculariza o cotidiano, extermina as singularidades e desequilibra as estruturas sociais e individuais, a ponto de conduzir o imaginário do ser humano e interferir em sua capacidade de cognição. Para o autor, é necessário combater os processos de colonização das culturas, por meio da reflexão profunda e da produção de conhecimentos.

De acordo com Morin (2010), é preciso superar perspectivas fechadas e modos limitados de conceber as possibilidades de compreensão sobre as relações da humanidade com o ambiente, sem descartar as incertezas e outras lógicas que permitam a religação dos diferentes saberes que foram se desconectando das vivências cotidianas.

Portanto, como premissa, sugerimos que as percepções e representações sobre a Amazônia são influenciadas, no contexto global, pelos meios de comunicação massivos (livros, jornais, revistas, programas de TV, artes visuais, fotografia, cinema etc.). Já as percepções e representações das próprias populações da região, que transcendem as construções estereotipadas da grande mídia e até mesmo do pensamento social e científico, são invisibilizadas.

Sendo assim, apresentamos um exercício de aproximações sobre redes comunicacionais tecidas em processos socioculturais e ambientais. Sabemos que é impossível dar conta da complexidade que envolve a tentativa de explicar fenômenos



acerca do ambiente amazônico e sua diversidade. Portanto, o que sugerimos é uma possibilidade de leitura interpretativa, com base no arcabouço teórico articulado nesta incursão investigativa.

Percepções e representações do ambiente

A percepção é um processo sensorio e cognitivo que se dá na interação entre os sujeitos e os estímulos do ambiente. Assim, a partir de impressões e sensações captadas pelos sentidos orgânicos (tátil, visual, sonoro, olfativo, gustativo e, dependendo das formas de relação dos sujeitos com o universo, podendo ser extra-sensorial, sinestésico, espiritual), o sistema psíquico conduz tais estímulos ao nível da consciência conferindo-lhes significados. Portanto, a percepção é um processo comunicacional, já que trata de uma informação transmitida, recebida, processada, decodificada e apreendida. Esta ação desdobra-se diferentemente em cada sujeito, mas ocorre em fluxo contínuo por meio de sinais, memórias e metamorfoses compreensivas, encarregadas de selecionar e organizar as informações interpretadas (SANTAELLA, 2001).

Ao entrelaçar biologia e ciências cognitivas, Maturana e Varela (1995) refletem sobre as percepções a partir do conceito de *autopoiese* que, conforme os autores, é a característica dos seres vivos se autoproduzirem, se auto organizarem e se renovarem numa rede dinâmica de relações entre relações constantes. A autopoiese é um sistema autônomo, mas mantém interações com o meio (ambiente) e seus fluxos de energia e matéria. Os estímulos externos são importantes no processo perceptivo, mas são as correlações internas dessa experiência que determinam o sentido da interpretação.

Maturana e Varela (1995) sustentam que para explicar o conhecer é preciso explicar o conhecedor. Partem da experiência do observador e do observar, salientando que o processo de conhecer um dado fenômeno precisa admitir que a objetividade também pode ser uma ilusão em função da intersubjetividade das percepções. Conforme os autores, é impossível apartar a racionalidade da emoção e as afirmações cognitivas (inclusive científicas) tem validade no contexto das coerências que a constituem como válidas.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Nesse sentido, acreditamos que a maneira como o ambiente amazônico é percebido e representado precisa ser compreendida por uma perspectiva multifocal, transitando entre a subjetividade e a realidade concreta. Nossa relação com o mundo é mediada por representações sociais. Estas permitem esclarecer as concepções dos sujeitos sobre o mundo, estabelecidas pelos processos sensoriais e cognitivos da percepção.

As representações podem ser compreendidas como prolongamentos das percepções e se constroem na relação dos sujeitos com os processos socioculturais e simbólicos (a própria natureza é uma construção simbólica). A representação é a sistematização da percepção e pode se expressar materialmente em diferentes linguagens verbais, visuais, sonoras (ou mesmo mentalmente), elaboradas individualmente ou no imaginário social, fazendo do ambiente uma construção sistemática das relações entre o concreto e o simbólico, o objetivo e o subjetivo, o fato e a percepção, o individual e o coletivo (SANTAELLA, 2001).

Diante disso, precisamos considerar a possibilidade dos veículos de comunicação interferirem nas percepções dos sujeitos, sobretudo pelo poder dos discursos e o impacto das imagens. De fatos concretos, os meios de comunicação reelaboram os acontecimentos conforme seus interesses, que muitas vezes estão vinculados à questões financeiras, ideologias políticas e pressões editoriais. As representações midiáticas tendem a optar por seguir uma linha de abordagem maniqueísta e simplificadora, geralmente, caracterizando e representando o ambiente como: “paradisiaco x caótico”, “natureza plena x natureza vingativa”, “homem destruidor x homem vítima da força da natureza”, e assim por diante.

A perspectiva que propomos preconiza a compreensão dos fenômenos em suas transversalidades e multiplicidades. Sendo assim, consideramos a coexistência complexa entre o ser humano e o ambiente. Leff (2001) propõe uma ruptura na percepção científica sobre o ambiente e nos traz uma visão de interação e diversidade para reintegrar os conhecimentos produzidos na relação dialógica entre sociedade e natureza.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



A racionalidade instrumental dos métodos necessita incorporar as multiplicidades culturais e os saberes ligados às tradições. A construção do conhecimento se dá na interação e, portanto, a percepção ambiental é a tomada de consciência do ambiente pelo ser humano. Os sujeitos não estão apartados da natureza e sim integrados a ela. Desse modo, o ser humano não é mais ou menos importante que os demais elementos que compõem os diferentes ecossistemas (LEFF, 2001).

Isto é fundamental para entender e superar o que Capra (2006) considera como uma “crise da percepção”, decorrente da padronização do mundo e das relações biosocioculturais, que criou uma condição de fracionamento da verdade e a enclausurou em áreas estanques e desvinculadas da vida cotidiana. Na esteira desta problemática, o autor aponta o fracasso da modernidade científica e a fragmentação do pensamento, a sociedade do risco, a insustentabilidade do mito do progresso, o consumismo exacerbado, crise nas relações familiares, questões de gênero, diásporas, conflitos bélicos, degradação dos recursos naturais entre outros sintomas sociais. Para Capra (2006), é necessário mudar radicalmente nossas percepções, pensamentos, valores e ações. A percepção amplifica-se para além dos sentidos e da cognição para tornar-se um sistema(s) de comportamento(s).

O ambiente é natural, humano, social, cultural e histórico. É o tecido de uma complexa rede de relações instáveis que formam uma unidade orgânica, conforme Santos (2006). Mas, segundo o autor, cada vez mais percebe-se que a unidade orgânica está sendo substituída pelas ações agressivas e predatórias do ser homem sobre os demais seres e o ambiente como um todo. Esse comportamento causa conflitos de ordem sociocultural e problemas relacionados à conservação dos recursos naturais e à manutenção das formas de vida. Para Santos, (2006) a percepção crítica para possíveis cenários futuros deve servir como ignição de mobilizações sociais e a mudança de comportamentos, sobretudo diante do modelo econômico e de desenvolvimento adotado pela maioria das sociedades.

A globalização da economia e da informação está tornando o espaço (ambiente) cada vez mais racional e tecnicista, destruindo a organicidade das relações em prol da organização “social-técnico-econômico-científico-informacional” das atividades



hegemônicas do capitalismo, na percepção de Santos (2006). Contudo, o autor é otimista ao sugerir a possibilidade de um outro modelo ou de “uma outra globalização” em contraposição a que chama de “globalitarismo”.

De acordo com Santos (2006), ao mesmo tempo em que são globalizadas as taxas de juros, a exploração, a miséria, a exclusão social, também é possível promover a globalização e expansão das lutas sociais, da autonomia dos sujeitos, gerar discussões críticas sobre os processos de globalização. Aos poucos, propor alternativas que privilegiem a horizontalidade e solidariedade nas relações, em substituição às verticalidades dos sistemas de dominação hegemônicos.

Ética da estética e construções do imaginário

Maffesoli (2014, p. 26), ao discutir sobre o comportamento social na contemporaneidade, salienta que “a história pode dignificar uma moral (uma política); o espaço, por sua vez, vai favorecer uma estética e produzir uma ética”. O autor sugere que a comunicação funciona como uma espécie de cimento social da interação do “nós” com o “outro”, no turbilhão multicultural e polissêmico da sociedade pós-contemporânea e as inúmeras possibilidades comunicacionais e informacionais. Seus laços não podem ser considerados necessariamente bons ou maus, pois rompem moralismos metafísicos e estruturas fixas. Dependem do nível ou capacidade interpretativa para cada fenômeno a ser observado. O resultado deverá ser configurado em estágio de tensão e jamais pretendendo ser conclusivo, fechado e rígido (MAFFESOLI, 2014).

Maffesoli (1999) compreende a ética como um fundamento para refletir sobre a estética do cotidiano, que para ele resulta da fusão criativa entre os sujeitos e diversas ações sociais. Salienta que, na contemporaneidade, a ordem linear do mundo foi rompida e a maneira de viver em sociedade e de perceber o mundo também se transforma conforme a dinâmica dos processos socioculturais. Com a pluralidade de imagens e sua potencialização pelos meios de comunicação as possibilidades do real se ampliam, inclusive a ilusão, que se torna também uma possibilidade de veracidade do

real. Paradoxalmente, as aparências constroem o real, na necessidade das experiências entre o sensível e o concreto.

Nesse sentido, para Maffesoli (1999), no contexto fragmentado da sociedade contemporânea, a ética é a expressão de um querer viver global subversivo e informal (por ser configurado por diferentes grupos e suas características de pertencimento distintas) em oposição ao sentido de moral linear que procura domesticar a conduta dos sujeitos e os valores sociais numa mesma ordem. A ética da estética consiste no fato de experimentar e a percepção em conjunto torna-se um fator de socialização.

Ao relacionarmos estética > imagem > imaginário, Maffesoli (1999) compreende que a existência de um imaginário determina a existência de conjuntos de imagens, que por si vão configurar uma estética. O poder imagético relaciona-se a *aisthesis* (do grego: percepção, sensação, sensibilidade) - o que afeta os sentidos - portanto, não se restringe ao que se vê, também é sonoro, olfativo, gustativo, tátil. Flui por canais intersubjetivos, contudo existe a possibilidade desse imaginário ser cristalizado pelo racional e se ressignificar na incorporação de uma ideologia.

O imaginário, segundo Maffesoli (1999), é uma categoria difícil de ser conceituada pois transita por inúmeras dimensões correspondentes a universos culturais e ambientais distintos. Não se trata de algo simplesmente racional, sociológico ou psicológico, pois carrega aspectos que estão no âmbito das questões imponderáveis. Portanto, o imaginário não pode ser restrito àquilo que se opõe ao que é considerado real e verdadeiro pelo pensamento tradicional cartesiano.

Juremir Machado da Silva (2006) segue a perspectiva de Maffesoli e considera que todo o imaginário é real e todo o real é imaginário. Nesse sentido, o imaginário, numa época em que o efêmero e a fragmentação são os registros sociais da cultura, precisa ser compreendido na suas relações com os fluxos cada vez mais intensos de um cotidiano em transição permanente. O autor salienta que não é mais possível pensar na comunicação pela compartimentação dos sentidos, conforme o racionalismo moderno e os métodos puramente funcionalistas.

O imaginário é alimentado por tecnologias que estimulam o ato imaginal. A literatura, a fotografia, a imprensa, o rádio, o cinema, a TV e a internet são algumas das



mais poderosas tecnologias do imaginário, pelo poder de circulação social de ideias (ideologias) e produção de sentidos, como reforça Silva (2006). Contudo, não se pode pensar que os sujeitos são totalmente atomizados, passíveis e indefesos diante da imposição de imagens/ideias, pois há relações e reações diversas. Existe uma potência simbólica que organiza o social pelo repertório construído de um imaginário cultural.

Cabe ao estudo da estética da comunicação procurar desvendar o que há por trás dos produtos direcionados a uma finalidade social, no contexto de uma sociedade aberta e plural, mas que ainda está sujeita a meios de comunicação tradicionais, segundo Sá Martino (2007). Para o autor a comunicação é uma forma de interação e relação contínua, portanto, os processos não são unilaterais, emissor e receptor são recíprocos e complementares. Sá Martino (2007) entende que palavra e imagem expressam para além de palavras e imagens, portanto a comunicação é um ato estético. Surge sensações e percepções, mas que também constrói e reconstrói percepções, podendo trazer novos sentidos às relações sociais e às produções culturais.

Nesse sentido, Muniz Sodré (2002) nos faz perceber as estratégias sensíveis e intersubjetivas da comunicação, sem deixar de considerar aspectos objetivos de seus processos na cultura, sobretudo em seu caráter midiático. Conforme o autor, a mídia (que compreende tanto os meios de comunicação de massa quanto seus suportes e tecnologias) constituiu uma nova forma de vida em sociedade, com valores, regras e costumes (o *bios* midiático). Mas, alerta para seus mecanismos de controle e exploração, que podem trazer riscos à emancipação cidadã e à democracia.

A colonização das ideias

Na perspectiva de Gondim (2007), a “invenção da Amazônia” começou com os relatos e crônicas dos exploradores europeus no século XVI, embebidos nas ideias sobre as Índias, com influências da mitologia grega e de concepções bíblicas sobre o jardim do éden. Consequentemente, nos fluxos culturais ao longo da história e do pensamento social, a região foi sendo difundida desde os relatos dos colonizadores europeus, passando pela literatura, artes plásticas, cinema, ciência, turismo e o senso comum. A



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



propagação generalizada de opiniões, discursos, estéticas e representações, conforme Pinto (2006), configuram-se como uma espécie de “geografia do exótico”.

Todos estes meios de comunicação, percepções hegemônicas e institucionalização de conhecimentos são catalizadores de sistemas de representação sobre a região. Ao imprimirem e reforçarem determinados padrões preconceituosos e ideias limitadas, remodelam valores sociais e de tradição cultural, implicando na produção de novos sentidos (PINTO, 2006). Assim, a imposição simbólica de uma inferioridade atribuída às populações amazônicas passou a dar uma espécie de autorização dissimulada ao extermínio de culturas tradicionais.

Desse modo, no “processo civilizador” (ELIAS, 1994), formas de ser, compreender e estar no mundo das populações tradicionais amazônicas foram desconstruídas no rastro da imposição de uma lógica ocidental europeia de compreender o mundo. Os moldes sociais e mecanismos de controle, ditados ao longo da história dos costumes pela presumida superioridade de elites econômicas e políticas, determinam as regras e a contenção das pulsões espontâneas e, assim, modificando hábitos, comportamentos e sentimentos, conforme Elias (1994).

Conforme Pizarro (2012), três expedições exploratórias marcaram decisivamente a construção da imagem sociocultural da região pela fantasia e o preconceito. A primeira é a viagem do espanhol Francisco de Orellana (em 1541), que partiu da região dos Andes no Peru e foi até a foz do rio Amazonas no Oceano Atlântico. A empreitada descrita pelo Frei Gaspar de Carvajal acabou ressignificando no Novo Mundo símbolos da mitologia greco-romana, a exemplo da lenda das Amazonas transposta para descrever o suposto encontro com a tribo das Icamiabas e originando o nome do rio (Amazonas). Depois, a expedição de Pedro Urzúa (em 1559) reforçou no imaginário a cobiça pelo Eldorado e as riquezas minerais. Já a viagem de Pedro Teixeira (em 1639) adquiriu uma importância político-econômica e histórica por questões da afirmação do poder territorial da coroa portuguesa sobre a região.

Entre os séculos XVIII e XX a perspectiva científica positivista guiou a percepção de muitos autores, viajantes, naturalistas, desenhistas em suas incursões pela Amazônia. Seus trabalhos nos trazem importantes contribuições para reconstruirmos um



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



panorama do pensamento social sobre a Amazônia, com seus registros ambientais, sociais, etnográficos e representações visuais das populações tradicionais que, com o passar dos séculos, foram desaparecendo ou perdendo suas identidades. Mesmo com certas limitações, inerentes aos contextos de produção e ao pensamento da época em que suas obras foram escritas, estes autores nos oferecem um rico arcabouço de conhecimentos para estabelecermos uma leitura crítica processual e compreensões mais abrangentes e pluriculturais sobre a Amazônia.

O jesuíta português Padre João Daniel dedicou os últimos anos de sua vida, na clausura por se opor ao governo de Marquês de Pombal (que expulsou os jesuítas dos então territórios portugueses), a escrever as memórias sobre os anos em que viveu na Amazônia como missionário católico, entre 1747 e 1757. Em suas crônicas, João Daniel (2004), mistura observações empíricas, citações de autores clássicos, referências greco-romanas e pregações moralistas de ordem religiosa com a mitologia regional e a construção de cultura popular amazônida, resultante de mestiçagens. O autor evidencia os dilemas e ambiguidades do pensamento europeu diante do contexto dos trópicos, em busca de um sentido lógico para a diversidade natural, social e cultural amazônica.

Entre 1817 e 1821 o zoólogo Johann Baptist Von Spix e o botânico Carl Friedrich Philipp Von Martius fizeram uma grande expedição pelo Brasil e passaram grande parte desse período na região amazônica. O legado de Spix e Martius (1981) não se detém somente ao caráter naturalista e científico vigente na época, mas se concentram no relato de hábitos, costumes, detalhes da vida cotidiana e relações sociais, inclusive com o registro de festejos e canções populares. Os autores evidenciam a miscigenação entre indígenas, brancos e negros resultando em um universo multicultural.

O francês Paul Marcoy (2006) atravessou a Amazônia peruana e brasileira entre 1846 e 1847 e, nesse percurso, descreveu os rios, as paisagens e as populações que encontrou no percurso. Embora expressem uma certa ironia exótica ou se apoiem mais no lirismo literário do que na objetividade, suas descrições são permeadas pela preocupação social e evidenciam as condições das populações indígenas, caboclas e negras na região, incluindo descrições densas sobre os povos Tikuna, Omágua e Mura.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Seus escritos inspiraram o romancista Júlio Verne (que nunca esteve na Amazônia) em “A Jangada: oitocentas léguas pelo Amazonas”.

O casal Louis Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz viajou pela Amazônia entre 1865 e 1866 com o intuito de contribuir para os estudos da história natural e reforçar a legitimação de suas teorias raciais e biogeográficas, por meio da análise de espécies animais e vegetais e sua distribuição geográfica. Agassiz e Cary Agassiz (1975) também fizeram observações sobre a mestiçagem na região e reforçam a opinião de que as raças não deveriam se misturar, pois sustentavam que a raça branca seria superior.

No início do século XX o alemão Theodor Koch-Grünberg produziu minuciosos relatos de viagens e etnografias de etnias indígenas amazônicas. Suas pesquisas de campo também contaram com recursos fotográficos, cinematográficos e fonográficos. Assim, Koch-Grünberg (2005), apresenta dados geográficos, linguísticos, etnográficos e importantes registros de objetos e artefatos indígenas, tais como: Taurepang, Tukano, Tuyuka, Wapixana, Macuxi, Yanomami e Desana.

Nesse sentido, reinterpretar os registros de outras épocas pode ser um exercício auspicioso. Hardman (2009), por exemplo, salienta que, na virada do século XIX para o XX, o escritor e jornalista Euclides da Cunha, embora expressasse uma visão preconceituosa em relação à Amazônia e suas populações tradicionais, já abordava em seus artigos questões relacionadas às práticas predatórias, à crescente extração de minérios e às queimadas. Enfatizava que a região era dominada pelos donos das terras, que oprimiam os trabalhadores com negócios ligados à exploração da borracha.

Djalma Batista (1976) já apontava as condições desumanas das populações que viviam nas comunidades rurais e dependiam de atividades extrativistas, da pesca e da agricultura de subsistência. No chamado período desenvolvimentista da Amazônia, sobretudo no período da ditadura militar, com o discurso “integrar para não entregar” ou “o progresso do Norte precisa de estradas e indústrias”, os “empreendimentos” para alavancar a região foram noticiados pela imprensa como grandes exemplos de desenvolvimento econômico e modernização. Foi um período marcado pela construção da Transamazônica e da implantação da Zona Franca de Manaus. Os meios de



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



comunicação e os produtos noticiosos jornalísticos, controlados pelo DIP⁵, influenciavam a opinião pública e negligenciavam assuntos que fossem contra os interesses do Estado, inclusive encobrendo problemas sociais, ambientais e étnicos, quando estes eram considerados entraves para o “desenvolvimento” da região (COSTA, 2011).

A forma como estas impressões reverberaram e reverberam na sociedade, pela influência dos meios de comunicação e dos sistemas midiáticos, muitas vezes carecem de contextualização e ao invés de ampliar o conhecimento sobre a Amazônia acaba estigmatizando-a. Desse modo, quando relacionamos as ideias construídas historicamente, no reflexo de processos socioculturais, fica mais claro compreender como e por que os meios de comunicação de massa costumam caracterizar a região sob determinados enfoques.

Para Gondim (2007), a Amazônia recriada pelos meios de comunicação contemporâneos não é tão diferente da Amazônia inventada pelos europeus que vinham em busca de cenários exóticos e riquezas. Conforme a autora, em ambas as criações (construções sociocomunicativas), a ficção e a realidade se embaralham permanentemente.

Costa (2011) indica que na mídia, geralmente, os sujeitos amazônicos são apresentados como inferiores e fracassados diante da importância da floresta para o contexto da biodiversidade no planeta. As imagens, as personagens e as situações expostas pelos veículos de comunicação acentuam a ideia de um lugar remoto, perdido no espaço e parado no tempo. Já as populações são relegadas a segundo plano, retratadas quase sempre em situação de conflitos ou ilustrando problemas sociais e étnicos, pela ótica do discurso oficial do Estado e dos detentores do poder político e econômico.

Assim, as narrativas midiáticas reafirmam estereótipos e as relações históricas de colonialismo. O enunciador descreve os fatos da forma que lhe é conveniente, escolhendo cenários, personagens e enfoques, organizando a narrativa como um

⁵ O Departamento de Imprensa e Propaganda, criado por decreto no governo de Getúlio Vargas, em 1939, era um instrumento de censura e propaganda governamental.



melodrama carregado de exotismo, marcando conflitos maniqueístas. Assim, propaga-se a ideia de uma Amazônia selvagem, anacrônica, subalterna e atrasada. Uma região que contrapõe-se à imagem “civilizada” do Brasil do Sul e Sudeste (COSTA, 2011).

Na mídia, as imagens exaltam a grandiosidade da floresta, da maior bacia hidrográfica do planeta e da biodiversidade de sua fauna e flora. O lado bucólico do reforço do isolamento é evidenciado quando mostram pequenas comunidades na imensidão da paisagem, solitárias canoas pelos rios, crianças tomando banho nos igarapés, homens e mulheres trabalhando em atividades extrativistas. Populações amedrontadas por jacarés, onças e exageros sobre determinismos geográficos. A região como fonte de matérias-primas e as intempéries naturais também são frequentes, assim como conflitos envolvendo madeireiros e pecuaristas, desmatamento poluição de rios. Tais narrativas encontram suporte em características exóticas com a mesma veemência do que naturalistas e viajantes do passado relatavam sobre a exuberância da região (COSTA, 2011).

Tudo isso, de certa maneira, é velado pela ideologia do progresso e da “globalização perversa”, sobre a tirania da informação e do dinheiro no atual modelo econômico, trazendo para o diálogo a concepção de Santos (2006). O autor ressalta que as relações entre a produção de notícias, o mundo da produção das coisas materiais e das normas se imbricam em praticamente todas as atividades da sociedade contemporânea. Assim, aponta que a tirania da informação e do dinheiro são apresentadas como pilares ideológicos do progresso, consequentemente, acentuando as desigualdades sociais e cognitivas.

Por este viés, compreendemos que a imposição colonial no Brasil proporcionou a cristalização de uma história contada a partir dos interesses europeus e o apagamento de histórias de vida, dos modos de ver o mundo e da riqueza cultural de índios, negros, dominados e explorados. Como percebemos, essa sistemática ainda é atualizada por diferentes dispositivos como a mídia, por exemplo, que podemos interpretar como uma poderosa “força do atraso”, conforme a ideia e expressão de Pinto (2006).

Ambiente, sociedade e cultura configurando a dinâmica amazônica



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Atualmente, a Amazônia costuma ser representada pela construção de discursos e imagens ancorados na sua diversidade natural e importância ecológica para o planeta. Mas, não se pode tentar compreender a região sem considerar as percepções de populações humanas que se estabeleceram neste espaço geográfico em diferentes fases de ocupação, misturando as culturas originárias indígenas com as influências advindas das culturas europeias e africanas, até conformar-se na sociedade contemporânea.

A história do ser humano na Amazônia é marcada por silêncios e ausências que acentuam a sua relativa invisibilidade e encobrem os traços e características das identidades dos povos amazônicos que, segundo Witkoski (2007), é configurada por complexas ambiguidades.

Com adaptações e transformações, muitos costumes, hábitos alimentares, soluções arquitetônicas, técnicas de construção de embarcações praticados na atualidade são herança cultural das antigas populações. Por isso, quando nos referimos ao ambiente amazônico estamos sempre considerando sua sociobiodiversidade. Neste processo de interação do ser humano com a natureza foram se desenvolvendo experiências socioculturais e modos de ser, estar e compreender o mundo. Contudo, muitas delas foram dizimadas e destruídas antes que fosse documentado algo sobre as mesmas (PORRO, 1996), outras se hibridizaram, assim como os sentidos, significados e representações sociais produzidos na relação ser humano e natureza.

Como já apontamos, a percepção em relação ao ambiente se dá na experiência cotidiana dos sujeitos e nas relações sociais e universo cultural, o que se modifica em diferentes épocas e contextos culturais. Na região amazônica, as inter-relações e interdependências das populações com a floresta, as áreas de várzea e os rios proporcionaram uma multiplicidade de saberes e conhecimentos. Para sobreviver, os seres humanos adaptaram as necessidades ao que a natureza e seus ciclos oferecem. Desse modo, na análise de Witkoski (2007), os povos amazônicos inauguraram novas e singulares formas de organização social no trópico úmido.

Conforme Tocantins (2000) a organização social na região se dá em função do poder que os rios exercem sobre as populações amazônicas. A alimentação, a água para as atividades domésticas, o deslocamento espacial, a comunicação e interação social. Os



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



ciclos hidrológicos determinam os modos de vida e as formas de organização socioeconômicas. Somente a experiência de vida nesses lugares estimula as percepções e as mudanças que ocorrem, pois tempo e espaço particulares no cotidiano.

Por isso, os sujeitos amazônicos percebem e relatam com grande sensibilidade os efeitos dos eventos naturais e suas consequências, como diminuição dos estoques de peixes, alteração na produtividade agrícola, o alargamento entre as margens e assoreamento dos rios em decorrência da erosão, o acúmulo de lixo, e o aumento da criminalidade nos beiradões da Amazônia. O próprio ritmo de vida se dá na cadência da natureza e na percepção de que a manutenção desse lugar/casa/mundo (ecossistema) é fundamental para a sobrevivência, portanto respeitam os rios e a floresta e não se imaginam sem esse ambiente, que ao mesmo tempo provém e desafia. Conforme Porro (1996), para muitos sujeitos amazônicos a relação com a natureza é sagrada, caracterizada entre os temores e à devoção, consideram que as dificuldades e adversidades da natureza são provações divinas.

Em um ambiente marcado pela diversidade biosociocultural, podemos dizer que os rios interligam essa rede complexa de relações que se estabelece na Amazônia. Antes da colonização europeia, por exemplo, a navegação via fluvial já era um importante instrumento de comunicação e potencializador de atividades de intercâmbios culturais comerciais entre as populações originárias, o que sinaliza a complexidade destas sociedades e contrapõe-se à ideia do isolamento de uma região inóspita, primitiva e com culturas homogêneas. Das populações originárias às atuais, percebe-se que os maiores contingentes populacionais se desenvolveram às margens dos rios (PORRO, 1996).

A atividade da navegação ainda hoje é essencial para o desenvolvimento social e econômico, com a circulação de pessoas e cargas, adaptando-se às necessidades da matriz socioeconômica de cada período distintos. Pelo fato de proporcionar a mobilidade também é um importante meio de comunicação e difusão de informações na região. Além disso, a constituição da geo-hidrografia da região que influencia na preponderância da navegação em relação a outras formas de circulação (como estradas e ferrovias), também contribui para a conservação da natureza já que evita o desmatamento para a implementação de malhas viárias terrestres.



Becker (2005) salienta a importância da conservação sustentável da floresta amazônica para o fortalecimento socioeconômico regional, evitando o uso predatório dos recursos naturais, resgatando e mantendo os saberes populares tradicionais de uma região continental marcada pelas multiplicidades. Nesse sentido, acreditamos na possibilidade dos saberes tradicionais estabelecidos empiricamente nos processos socioculturais e a biodiversidade dialogarem com os avanços tecnológicos e, desse modo, promover ações para evitar a degradação de um bioma que tem um papel fundamental para a manutenção das formas de vida.

Superlativos em uma região de multiplicidades regida pelo regime das águas

A Amazônia é a região com maior biodiversidade e recursos hídricos do planeta. Por isso, a abundância de água ou a sua falta determinam as dinâmicas ambientais, socioculturais e econômicas. A bacia amazônica cobre cerca de 40% da América do Sul e é formada por mais de mil rios, correspondendo a cerca de 20% da água doce existente no planeta. O rio Amazonas é o principal com quase 7 mil km de comprimento desde a nascente na região do Andes no Peru até a foz no Oceano Atlântico. No território brasileiro é chamado de rio Solimões até o encontro com o rio Negro, na altura da cidade de Manaus, quando passa a se chamar Amazonas. Entre seus principais afluentes podemos citar, na margem direita os rios Javari, Jutaí, Juruá, Madeira, Purus, Coari, Tapajós e Xingu; e na margem esquerda os rios Napo, Iça, Negro, Jari, Paru, Japurá e Trombetas (IBGE, 2018).

A região amazônica apresenta os maiores índices de precipitação pluviométrica no mundo. Na floresta, quando chove, parte da água evapora e sobe para atmosfera devido as altas temperaturas. Outra parte escorre para o solo e penetra na terra, inclusive levando nutrientes das árvores. Parte da camada orgânica umedecida novamente evapora, outra parte vai para o lençol freático abastecendo os mananciais subterrâneos, e outra parte escorre para os igarapés e rios. Ou seja, a floresta respira e transpira mandando vapor de água, gás carbônico e compostos orgânicos voláteis (substâncias e partículas biogênicas) para atmosfera. Assim, a floresta retira gás carbônico da atmosfera e ajuda na redução do aquecimento global (NOBRE, 2014).



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Devido à grande extensão territorial da região amazônica a distribuição das chuvas não ocorre de maneira regular e também se percebe que os períodos de secas e cheias também varia nas microrregiões. Quando a dinâmica florestal é alterada por algum motivo (como desmatamento, construção de barragens, queimadas, até influência natural de fenômenos como o *El Niño* ou o *La Niña*) há reflexos no ambiente, que podem ser percebidos por períodos mais secos em algumas áreas ou alagamentos em outras, que vão impactar tanto na formação de chuvas quanto nas atividades socioeconômicas das comunidades, pois cerca de 50% das chuvas na Amazônia decorrem do processo de evotranspiração da floresta e seus processos fisiológicos (NOBRE, 2014).

Nesse contexto, é importante destacar que não é somente a umidade gerada na floresta que contribui para as chuvas na região, mas os ventos vindos do Oceano Atlântico trazendo vapor d'água são fundamentais na manutenção do equilíbrio térmico e a distribuição da umidade na Amazônia, sendo responsáveis por cerca de 75% das chuvas amazônicas, conforme Nobre (2024).

Diante desta breve caracterização, observa-se, por meio de estudos científicos (MORAN, 1990; WITKOSKI, 2007; MATOS, 2016), que os conhecimentos acumulados diante das vivências e dinâmicas da natureza, desde os povos originários até as sociedades contemporâneas, normalmente, tendem ao manejo adequado dos recursos disponíveis, sem causar impactos negativos ao ambiente. Nesse sentido, o conhecimento dos ciclos hidrológicos é fundamental para o planejamento das atividades socioeconômicas na região.

O regime das águas, entre cheias e vazantes, além de alterar a paisagem determina o local e a forma da construção das moradias, a época de plantar determinadas culturas agrícolas e o tempo de colher, o período de caçar e pescar, o momento certo de transferir o gado de áreas de várzeas para áreas de terra firme, os itinerários de navegação, as atividades de trabalho colaborativo envolvendo as comunidades, as festas, as manifestações folclóricas e as práticas de lazer. Portanto, a relação das populações amazônicas com o regime das águas determina a organização



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



socioeconômica e também influencia nas percepções, memórias, produção dos sentidos simbólicos e suas representações de mundo.

A maior parte da população do interior do Amazonas vive às margens dos rios ou em áreas entrecortadas por igarapés e lagos. Entre os períodos de cheias e vazantes adaptam suas atividades e desenvolvem estratégias para sobreviverem economicamente nestes ambiente. As terras de várzea (onde há ligação direta entre água e terra, pois numa época do ano o solo fica seco e noutra época fica inundado) apresentam solos mais férteis para a agricultura, devido os sedimentos que são depositados e se decompõe entre subida e descida das águas.

A ocupação destas áreas, pela proximidade com os rios lagos e igarapés, facilita as atividades pesqueiras e por também estar próxima as áreas de floresta favorecem à caça, às atividades extrativistas vegetais e criação de animais. Para as populações, portanto, tanto no período de seca quanto de cheia desenvolvem processos produtivos para atender suas necessidades de consumo e a comercialização de excedentes ou troca com outros grupos e diferentes produtos. Assim, tanto o período de chuvas quanto o período de estiagem são percebidos como complementares e mantém uma relação de interdependências ecossistêmicas. Mas, quando essa dinâmica é alterada por algum fator interfere na harmonia do sistema.

Moran (1990) explica que o ser humano e seu ambiente formam um sistema em interação, assim o ambiente físico do ser humano é modificado pelas suas atividades e a cultura se modifica pelas necessidades de sobrevivência em dado ecossistema. No caso da Amazônia, no processo civilizador, as populações migrantes foram incorporando as estratégias adaptativas para lidar com o ambiente físico a partir das experiências das populações tradicionais, as quais demonstram um notável equilíbrio na exploração dos recursos naturais e apresentam mecanismos reguladores que indicam até a época para guerrear e comer determinados alimentos.

No início, os fluxos migratórios se deparam com as adversidades da floresta, o isolamento e o medo de animais. Mas, com o tempo os colonos foram se familiarizando com o ambiente e incorporando os hábitos das populações indígenas, como o consumo de frutos silvestres, animais de caça e a adotar um estilo de vida autossuficiente ligado a



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



economia extrativista. Nesse processo, foram sendo desenvolvidas formas de agricultura, pecuária, práticas de caça, pesca e coleta de frutas, vegetais e resinas silvestres. Portanto, conforme Moran (1990), o processo de adaptabilidade humana além de biológico é sociocultural, pois o organismo humano se molda às condições do ambiente, numa espécie de plasticidade genética, influenciando no modo de vida, hábitos, comportamentos, habitações e vestuário. Segundo o autor, é preciso considerar os saberes das populações tradicionais sobre o ambiente natural como uma importante forma de conhecimento.

Como já destacamos, a relação com os rios e o regime das águas é um fator determinante na constituição das sociedades amazônicas. O regime das águas é caracterizado pela regularidade anual da subida e descida dos rios amazônicos. As águas começam a subir em novembro que é o período inicial da cheia, até junho, quando começa o movimento de descida das águas. A vazante, ou período de seca, costuma ir até novembro e o ciclo recomeça.

Matos (2006) enfatiza que os habitantes das áreas de várzea convivem naturalmente com as oscilações da água e sabem que durante o ano poderão ter momentos de fartura ou escassez de alimentos, mas quando essas oscilações são extremas mudam influenciando até no comportamento dos sujeitos e em suas práticas socioeconômicas. Dependendo da intensidade das cheias e vazantes surge a dificuldade de transitar pelos rios e igarapés (o que também influencia nas atividades de caça e pesca), as roças precisam ser feitas em outros locais, assim como a extração de madeiras, a criação de animais e as atividades de lazer, como os jogos de futebol.

No caso da criação de gado, por exemplo, o pasto é escasso nas áreas de várzea, no início do período de estiagem, porque a maior parte foi soterrado ou levado pela correnteza no períodos de cheias prolongadas. A situação, observada por Matos (2016), pode acarretar no enfraquecimento dos rebanhos e até provocar a mortandade de animais pela falta de alimento. Ao mesmo tempo, o período de seca também é o prenúncio de recomeço, pois com a descida das águas o solo está fertilizado e propício ao cultivo das roças. Além disso, conforme Matos (2016), a estiagem proporciona aos

pescadores mais facilidade de encontrar os cardumes de peixes e a caça de algumas espécies.

Com o ressurgimento das terra que passaram meses alagadas, intensificam-se as atividades comunitárias e as brincadeiras entre as crianças Por outro lado, a diminuição da água dificulta o deslocamento e aumenta a distância para as áreas de trabalho, outras comunidades e municípios. Contudo, na percepção de que mora no interior a seca é considerada um período de fartura (MATOS, 2016).

Laços afetivos e ações comunitárias

A força familiar para o trabalho garante a manutenção destes modos de vida. Há, nesta conjuntura, lógicas de organização e hierarquização que levam em consideração a posição social ocupada por cada sujeito, sexo, idade etc. Contudo, estas atividades produtivas familiares ou de grupos colaborativos apresentam maior informalidade quando comparadas às práticas de produção agroindustrial de modelo capitalista, com regras rigidamente estabelecidas.

Conforme Matos (2016) é vantajoso para o modo de vida e organização socioeconômica manter famílias com grande número de filhos tendo em vista as práticas de cultivo e colheita de culturas agrícolas, a produção de farinha, a criação de animais, o extrativismo e as trocas comerciais. Segundo o autor as famílias grandes superam a produção das famílias menores e esta condição também se reflete no plano simbólico que define parâmetros sociais e relações de poder.

O ambiente natural e sociocultural também propicia as ações colaborativas, que são frequentes no interior da Amazônia. Os mutirões, chamados de ajuri ou puxirum, são promovidos para beneficiar uma família ou grupos, que depois retribuem o auxílio promovendo outro mutirão e assim sucessivamente. O puxirum pode ser voltado para limpeza de áreas para o roçado, plantio, colheita, construção ou deslocamento de moradias, entre outras atividades que fortalecem os laços afetivos e consolida o espírito comunitário.

Para Matos (2016) o apego afetivo com o lugar e os laços familiares, de compadrio e comunitários permitem aos amazônidas se beneficiarem dos recursos



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



naturais sem que os conflitos ou tensões se instalem nas comunidades. A animosidade é observada quando as práticas tornam-se predatórias ou em relação aos que vem de fora e tentam se instalar ou retirar de forma indiscriminada os recursos tidos como pertencentes a dadas comunidades.

Nas comunidades, as práticas socioculturais culturais, políticas, econômicas, religiosas, estão interligadas, constituindo símbolos, significados e representações sociais do mundo, com base nos saberes tradicionais. Estas representações, que são socialmente concebidas e compartilhadas, se expressam de diferentes maneiras e formas de comunicação (oral, escrita, pictórica, musical, corporal, etc). Se apropriam da realidade exterior de forma objetiva e subjetiva, revelando suas percepções nas experiências da diversidade do cotidiano e na afirmação da identidade como forma de representar ou simbolizar o (seu) mundo.

A manutenção de um modo de vida regido pelos ciclos da natureza não significa que as populações do interior do Amazonas tenham ficado estagnadas ou estejam em descompasso comparadas a outras estruturas sociais. Witkoski (2007) entende que os povos amazônicos não vivem e nunca viveram isolados no tempo e no espaço, pois sempre estabeleceram relações de trocas materiais e simbólicas com as comunidades em seu entorno e, na contemporaneidade, com agentes mediadores da cultura entre o urbano, o rural e a sociedade global.

Matos (2016) destaca que as populações incorporam no seu cotidiano as transformações que ocorrem no mundo. Têm acesso à energia elétrica, embarcações motorizadas, televisão, celular, ensino universitário. Contudo, o autor acredita que as políticas públicas de fixação das populações no interior ainda não são satisfatórias para atender as aspirações individuais e coletivas dos sujeitos.

Nesse contexto, o “progresso” também trouxe impactos negativos a muitos lugares. Com a motosserra foi possível derrubar mais e abrir áreas de pastagens e com a refrigeração foi possível estocar grandes quantidades de peixe para a comercialização. O despejo de resíduos químicos e óleos combustíveis nos rios e o consumo de produtos industrializados resultou na poluição das águas e no descarte indevido de embalagens na natureza. Enfim, muitas práticas que se mostram danosas ao ambiente e interferem na



harmonia da dinâmica biosociocultural do interior amazonense. Portanto, novamente vemos a ação de redes de inter-relação e interdependências nos processos socioculturais que se entrelaçam neste contexto.

Devido ao aumento na frequência e intensidade de secas e enchentes nos últimos anos, passou a ser necessário o auxílio do poder público para amenizar a situação de calamidade enfrentada pelas populações mais vulneráveis aos efeitos dos fenômenos climáticos. Nesse sentido, Matos (2016) traz a reflexão sobre as possibilidades de “controle” dos acontecimentos naturais pelo “autocontrole” das relações interpessoais. Ou seja, como não é possível controlar os fenômenos climáticos naturais o poder público cria estratégias para que as populações convivam com os processos naturais e evitem tragédias, por meio de uma força de coerção externa e interna que evite tensões e conflitos. O que pode ser verificado desde a retirada de pessoas de áreas de riscos até a distribuição de alimentos e medicamentos para os sujeitos afetados.

Embora estejamos mais concentrados em refletir sobre as estratégias de adaptação pelas populações do interior do Amazonas, é importante destacar que em Manaus a explosão demográfica, decorrente de “ciclos econômicos” e “fluxos migratórios”, impulsionou contingentes populacionais na ocupação e construção de suas moradias às margens dos rios e igarapés que circundam a cidade, causando a degradação e poluição em muitas áreas. Desse modo, comunidades localizadas na capital também são afetadas diretamente pelas cheias e secas, e criam suas estratégias de adaptação frente as oscilações hidrológicas.

Considerações Finais

Compreender a(s) cultura(s) amazônica(s) não é tarefa simples. A complexidade desta região precisa ser analisada de maneira interdisciplinar por um olhar multifacetado e aberto às subjetividades. Quem decide se embrenhar pelas trilhas e teias da floresta e circundar sua rede de rios, necessita se despojar das concepções preexistentes e deixar-se embeber pelos fluxos de energia e matéria que resultam dos processos de interação entre a sociedade, a cultura e a natureza.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Uma concepção apartada desses processos encobre possibilidades e oportunidades de nos aproximarmos do *ethos* amazônico e seus desdobramentos socioculturais, ambientais, religiosos e étnicos. Não se quer impor aqui nenhum reducionismo bairrista sobre uma verdade amazônica e/ou decretar barreiras intelectuais a quaisquer concepções ideológicas exógenas sobre esta região. Contudo, a partir dos apontamentos levantados e problematizados nesta breve reflexão, pretende-se propor uma perspectiva descolonizada sobre a Amazônia e suas populações.

Se buscarmos conceituar a Amazônica sob o prisma de relatos reducionistas (ancorados em narrativas estereotipadas e definições exóticas), sua apropriação conceitual se torna cada vez mais difusa. Isto porque o seu próprio fechamento ou enquadramento conceitual é difuso, por conta das inúmeras trocas simbólicas culturais que ocorreram e ainda ocorrem nas diferentes realidades socioculturais que a constitui, tornando tênues seus limites de interpretação, que sempre estiveram em movimento constante.

Portanto, é urgente e emergente que as percepções e representações sobre a Amazônia na perspectiva e da compreensão de suas populações saiam da zona de invisibilidade e ganhem o destaque que merecem na sociedade. Pois, é importante divulgar, seja pelos meios de comunicação ou pela divulgação científica, que as relações de muitas populações amazônicas com o ambiente ainda configuram-se por interações de harmonia ecossistêmica entre o ser humano e a natureza. Nessas inter-relações há modos de ser e estar no ambiente que podem ser exemplo de alternativas sustentáveis para o futuro do planeta

Referências

- AGASSIZ, Louis; CARY AGASSIZ, Elizabeth. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Conquista: 1976.
- BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



- CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.
- COSTA, Vânia. **À sombra da floresta**: os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo. Tese (Doutorado em Comunicação). Niterói: UFF, 2011.
- CUNHA, Euclides. **Um paraíso perdido**: Reunião dos ensaios amazônicos. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1986.
- DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papyrus, 1994.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Valer, 2007.
- HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br>> Acesso entre mar. e jun. 2018.
- KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Dois anos entre os indígenas**: viagem ao noroeste do Brasil (1903-1905). Manaus: Edua, 2005.
- LA CONDAMINE, Charles Marie de. **Viagem pelo Amazonas 1735-1745**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**: por uma ética da estética. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- MARCOY, Paul. **Viagem pelo rio Amazonas**. Manaus: Edua, 2006.
- MATOS, Gláucio Campos de. **Ethos e figurações na hinterlândia amazônica**. Manaus: Valer, 2016.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do entendimento humano. Campinas: Psy II, 1995.
- MORAN, Emilio. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- NOBRE, Antonio Donato. **O futuro climático da Amazônia**. Relatório de Avaliação, 2014.
- PINTO, Renan Freitas. **A viagem das ideias**. Manaus: Valer, 2006.
- PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- PORRO, António. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- SÁ MARTINO, Luiz Mauro. **Estética da comunicação**. São Paulo: Vozes, 2007.
- SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.
- SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal**. São Paulo: Iluminuras/FAPESP, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Coleção: Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, v. 1. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVA, Juremir Machado da. **Tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: Uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SPIX e MARTIUS. **Viagem pelo Brasil 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.
- TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida - uma interpretação da Amazônia**. Manaus: Valer/Edições Governo do Estado, 2000.
- WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Edua, 2007.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



¹ Inserir as notas do texto [inclusive as do título e do(s) autor(es)] em fonte (tipo) Times New Roman (não usar sublinhado e usar itálico só para grafia de palavras estrangeiras), em corpo 9 (nove), com espaçamento simples entre as linhas. As notas devem ser colocadas no pé de página, em modo de impressão (devem ficar visíveis na página).